



ANÁLISES 2026: **COMO VOTA A MARÉ?**

3ª EDIÇÃO

As Eleições de 2026 e a
representação política das
favelas no Rio de Janeiro



Como vota a Maré? Que representação política ajudamos a eleger? E quais projetos de cidade e de Estado retornam ao território a partir do trabalho dos representantes eleitos? Esta edição do ANÁLISES parte dessas perguntas para olhar as eleições de 2026 a partir do Conjunto de Favelas da Maré. Para além de contabilizar votos, interessa compreender as condições concretas em que o direito ao voto é exercido, como os votos dos moradores da Maré são convertidos em cargos políticos e poder partidário e em que medida a representação eleita incorpora agendas que atravessam a vida de quem mora no bairro.

O primeiro eixo de análise examina como (e se) os moradores da Maré chegam às urnas para votar. Uma tendência atual de reorganização de locais de votação da Maré, entre 2024 e 2026, para outros bairros da cidade mostra que a geografia eleitoral e desafios da mobilidade urbana também distribuem condições de participação democrática.

O segundo eixo se volta às eleições proporcionais de 2026, ou seja, para a composição da Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a partir dos votos depositados por eleitores da Maré nas eleições de 2022. Vamos observar o perfil de candidatas/os, os partidos e as candidaturas mais votados na Maré e a distribuição dos votos seção por seção, identificando onde, dentro do território, se formaram diferentes padrões eleitorais, quanto esses votos contribuíram para o desempenho dos partidos e federações na conquista por cadeiras e para a eleição de candidaturas com ou sem base territorial na Maré.

O terceiro eixo aproxima voto e segurança pública como uma pauta política de especial interesse para moradores de territórios de favela. Na Maré, segurança não é uma agenda abstrata: operações policiais, além dos confrontos armados e da violência letal, afetam circulação, educação, saúde, trabalho e comércio. Por isso, cruzaremos as candidaturas e partidos mais votados no território com seus perfis e com os projetos de segurança pública que defendem. O objetivo é compreender que concepções de segurança recebem apoio eleitoral dentro da própria Maré, como elas se distribuem territorialmente e, em que medida, dialogam com a experiência concreta de moradores submetidos de forma desigual aos efeitos das políticas de segurança.

Os três eixos estão conectados por uma mesma questão: o voto não começa nem termina na urna. Ele depende das condições de acesso à participação, integra uma engenharia eleitoral que transforma votos individuais em força partidária e ajuda a legitimar projetos políticos cujos efeitos retornam de maneira desigual aos territórios. Ao seguir esse percurso analítico, buscamos dimensionar o peso político do voto da Maré e discutir representação a partir de uma perspectiva de justiça racial, de gênero, social e territorial.





1) A GEOGRAFIA ELEITORAL DA MARÉ

Em agosto de 2026, as 143 seções identificadas como vinculadas aos territórios da Maré reúnem 60.292 eleitoras e eleitores aptos. Vejamos as informações de perfil disponibilizadas¹ pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

QUADRO 1: PERFIL DO ELEITORADO DA MARÉ

Dimensão	Nº de eleitores	%
Eleitorado apto atualizado – ago./2026	60.292	100%
Sexo/gênero cadastral – Feminino	33.467	55,51%
Sexo/gênero cadastral – Masculino	26.818	44,48%
Não informado	3	<0,01%
16 a 17 anos	147	0,24%
18 a 24 anos	5.056	8,39%
25 a 34 anos	13.725	22,77%
35 a 44 anos	12.950	21,48%
45 a 59 anos	15.978	26,50%
60 a 69 anos	6.599	10,95%
70 anos ou mais	5.831	9,67%
Eleitores com deficiência*	368	0,61%
Eleitores com nome social	16	0,03%

1 - O universo atualizado reúne 60.292 eleitoras e eleitores aptos nas 143 seções analisadas, conforme base do TRE-RJ de 18 de agosto de 2026. Para a caracterização por sexo/gênero e faixa etária, foi utilizada a base “[Perfil do eleitorado por seção eleitoral – RJ](#)”, do TSE, gerada em 14 de julho de 2026, que totaliza 60.288 eleitores nas mesmas seções. A diferença de quatro registros decorre das distintas datas de atualização das bases e não altera substantivamente os percentuais apresentados. Para raça/cor, o cadastro eleitoral apresenta 86,5% de registros sem informação; por isso, o estudo utiliza dados territoriais da população residente para caracterização racial, sem atribuí-los individualmente ao eleitorado. O recorte acompanha as seções originalmente associadas aos locais de votação da Maré, inclusive quando esses locais foram transferidos para fora do território em 2024 e 2026. Marcílio Dias não integra o universo quantitativo desta análise: embora seja reconhecida historicamente pela Redes da Maré como parte do conjunto de favelas da Maré, as bases públicas consultadas não permitem identificar com segurança quais seções de Penha Circular correspondem especificamente à comunidade.

Raça/cor cadastrada no TSE	Nº	% do eleitorado
Parda	3.754	6,23%
Branca	2.793	4,63%
Preta	1.547	2,57%
Amarela	21	0,03%
Indígena	4	0,01%
Não informado	52.169	86,53%
Total	60.288	100%

A leitura destes dados de perfil requer a interseccionalidade como lente, sem presumir que características individuais determinem comportamentos eleitorais. O objetivo é identificar condições de participação e barreiras ao exercício da cidadania, produzindo evidências para fortalecer a autonomia política e o acesso a direitos do próprio território.

Além destes dados de perfil do eleitorado disponibilizados pelo TRE, o [CENSO MARÉ](#) já indicava que a composição da população residente na Maré é 62% negra (somando a população preta e parda), 51% é formada por mulheres, e 44,4% dos responsáveis únicos ou principais pelo domicílio são mulheres acima de 15 anos. Esses indicadores descrevem a população residente e permite identificar desigualdades no acesso a direitos, serviços e recursos públicos, bem como diferenças nas oportunidades de participação e nas formas de relação com instituições e processos decisórios, que ultrapassam a existência formal do direito de votar.

Raça, gênero, idade, território – assim como renda, responsabilidades

de cuidado e desigualdades urbanas – não atuam separadamente na experiência política e da cidadania. Quando analisados de forma articulada, podem revelar como diferentes grupos experimentam o Estado, as políticas públicas e a própria participação na vida política. Permitem também análises sobre as condições concretas de exercício do direito ao voto de determinada população, como acesso aos locais de votação, deslocamento, acessibilidade, informação e atualização cadastral.

Nesse sentido, conhecer o perfil do eleitorado de um território de favela significa também identificar quais obstáculos podem afetar sua participação e quais condições territoriais precisam ser consideradas para que o direito ao voto se converta em uma experiência efetiva de participação política. É a partir dessa perspectiva que se passa a examinar, a seguir, os efeitos de recentes alterações nos locais de votação da Maré e suas possíveis repercussões sobre as condições de acesso ao voto para parte de seu eleitorado.

MUDANÇAS DE LOCAIS DE VOTAÇÃO NA MARÉ:
QUEM É MAIS IMPACTADO?

A [2ª Edição do ANÁLISES - Como Vota a Maré?](#) e seu [documento complementar](#) apresentaram um cenário de mudanças de endereço de locais de votação da Maré, por decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) que precedeu as eleições de 2024², apontando para um menor comparecimento às urnas por eleitores das seções afetadas pelas mudanças. Para as eleições de 2026, foram anunciadas novas mudanças de locais de votação, o que reforça a necessidade de analisar seus possíveis impactos sobre o exercício do direito ao voto por moradores de favelas.

2 - Esta decisão do TRE foi noticiada à época como uma medida para garantir a segurança das eleições em áreas consideradas de “alto risco” do Rio de Janeiro, relacionadas à violência armada. Entretanto, nos documentos de análise da Redes da Maré, esta narrativa de risco vem sendo contraposta, com base em dados do monitoramento da violência armada, que demonstram não haver, nos últimos 10 anos, incidentes de violência armada no território que tenham ocorrido em dias de eleição e/ou interferido na realização das mesmas. Vide [2ª Edição do ANÁLISES - Como Vota a Maré?](#) e seu [documento complementar](#).

Mudanças recentes na Maré

A transferência sucessiva de locais de votação instalados no território modifica a geografia do exercício do voto e pode impor novas barreiras a uma população que já enfrenta desigualdades estruturais de acesso a direitos.

Em 2024, a Justiça Eleitoral transferiu três locais de votação da Maré: CIEP Vicente Mariano, CIEP Samora Machel e CIEP Elis Regina. As mudanças atingiram 14.509 eleitoras e eleitores, correspondentes a 22,6% do eleitorado da Maré, sendo dois locais transferidos para fora do território.

Em 2026, novo ofício da 161ª Zona Eleitoral comunicou a transferência de mais três locais de votação do perímetro da Maré para outro bairro: Escola Municipal Teotônio Vilela, Escola Municipal Professor Josué de Castro e Escola Municipal Paulo Freire, com suas respectivas seções deslocadas para Bonsucesso Futebol Clube, Centro Educacional Gama e Souza e Igreja Nossa Senhora de Bonsucesso de Inhaúma.

A reorganização dos locais de votação no Conjunto de Favelas da Maré coloca uma questão anterior à própria escolha eleitoral: em que condições as pessoas conseguem chegar às urnas?

Considerando o eleitorado apto registrado em agosto de 2026 nas seções transferidas da Escola Municipal Teotônio Vilela, da Escola Municipal Professor Josué de Castro e da Escola Municipal Paulo Freire, as novas mudanças de 2026 alcançam 17.141 eleitoras e eleitores, equivalentes a 28,43% do universo de 60.292 pessoas analisado. Conjuntamente com as transferências realizadas em 2024, o equivalente de eleitorado mareense impactado pelas mudanças de locais de votação corresponde à 50,60% de eleitores aptos.

O impacto dessas mudanças envolve, principalmente, questões de acessibilidade e mobilidade urbana, pois altera rotas de deslocamento entre residências e seções eleitorais, especialmente de eleitores que antes votavam dentro da Maré. A transferência pode significar aumento do tempo de caminhada, necessidade de atravessar grandes vias como a Avenida Brasil e Linha Amarela, ausência ou inadequação de transporte público, trajetos percebidos como inseguros e a necessidade de sair do próprio território para votar, o que impacta desproporcionalmente jovens, mulheres chefes de família, pessoas com deficiência e pessoas idosas que vivem na Maré.

Os resultados das eleições de 2024 reforçam esse alerta. Embora a abstenção no conjunto da Maré tenha caído de 29% em 2020 para 28% em 2024, os dois locais de votação transferidos para fora do território apresentaram movimento inverso. Entre as seções transferidas do CIEP Elis Regina para a UNIGAMA, o número de abstenções aumentou 28,38% em relação ao primeiro turno de 2020; entre as transferidas do CIEP Samora Machel para a mesma instituição, o crescimento foi de 18,57%. Já no local transferido do CIEP Vicente Mariano para a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, mantido na Maré, a variação foi de apenas 1,29%. Os dados não permitem estabelecer uma relação causal direta entre a mudança dos locais e a abstenção, especialmente porque houve crescimento do eleitorado, mas reforçam a preocupação com as barreiras de acesso produzidas pelos deslocamentos para fora do território. Vejamos:

QUADRO 2: MUDANÇA DE LOCAIS DE VOTAÇÃO E POSSÍVEIS IMPACTOS NO COMPARECIMENTO ÀS URNAS ENTRE AS ELEIÇÕES DE 2020 E 2024

Local original → local em 2024	Eleitorado 2024	Abstenções 2020	Abstenções 2024	Variação
CIEP Vicente Mariano → Igreja N. Sra. dos Navegantes (permaneceu na Maré)	5.382	1.468	1.487	+1,29%
CIEP Ellis Regina → UNIGAMA (fora da Maré)	4.357	1.050	1.348	+28,38%
CIEP Samora Machel → UNIGAMA (fora da Maré)	4.770	1.206	1.430	+18,57%
Demais locais de votação da Maré (não transferidos)	49.650	14.302	13.597	-4,93%
Total Maré	64.159	18.026	17.862	-0,91%

Transporte gratuito não é suficiente quando o transporte não chega ao território

A garantia de transporte público gratuito nos dias de votação é fundamental para reduzir barreiras econômicas ao voto, mas gratuidade não significa, por si só, acessibilidade territorial. Essa distinção é especialmente importante na Maré, onde o transporte coletivo se concentra nas grandes vias que margeiam o território.

Para as Eleições de 2026, a [Resolução TSE nº 23.751/2026](#) determina a oferta gratuita do transporte coletivo e prevê, inclusive, a criação de linhas especiais para regiões mais distantes dos locais de votação, além da utilização de veículos públicos e adaptados. O TRE-RJ regulamentou essa obrigação no estado, prevendo a informação dos itinerários e horários oferecidos em [Consulta do TRE-RJ sobre transporte gratuito nas Eleições 2026](#).

Na Maré, porém, há uma limitação estrutural. [Estudo publicado pelo Instituto Pereira Passos](#) identifica a ausência de transporte público regular no interior do tecido urbano do território: as linhas se concentram principalmente na Avenida Brasil e na Linha Amarela. O BRT segue uma

lógica semelhante. No corredor Transbrasil, estações como Fiocruz, Hospital de Bonsucesso, Baixa do Sapateiro, Rubens Vaz e Maré estão localizadas na Avenida Brasil e em seus acessos.

A própria Justiça Eleitoral reconheceu essa barreira ao incluir a Maré, em 2026, no [projeto-piloto Seu Voto Importa](#), destinado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que tiveram locais de votação transferidos para Bonsucesso. Entre os critérios considerados pelo TRE-RJ estão a distância e a disponibilidade de transporte público acessível.

Por isso, a gratuidade precisa estar associada à capilaridade territorial. Tarifa zero é essencial, mas o transporte precisa chegar ao território para assegurar acesso efetivo ao voto.

Nestes termos, a retirada de locais de votação da Maré sob a justificativa de segurança exige que o TRE-RJ considere não apenas critérios de risco, mas também as barreiras territoriais que moradores de favelas enfrentam para exercer direitos de cidadania, especialmente o direito ao voto. Para os próximos pleitos, é importante que o Tribunal Regional Eleitoral - RJ consolide procedimentos que incorporem evidências sobre mobilidade, acesso e dinâmica territorial e ampliar processos de participação social sobre as barreiras do exercício do direito ao voto, com escuta de moradores e organizações locais, inclusive para avaliar, quando pertinente, a manutenção ou reavaliação de locais retirados do território.

2) O QUE SERÁ DECIDIDO NAS ELEIÇÕES DE 2026?

Nas eleições de 2026, em todo o Brasil, estarão em disputa os cargos de presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores, dois senadores por estado, deputados federais e deputados estaduais. Cada eleitor do Rio de Janeiro, portanto, registrará nas urnas um voto para chapa presidencial, um para o governo do estado, dois votos para senadores, um voto para deputado federal e um voto para deputado estadual.

No plano do Poder Executivo nacional, a disputa pela presidência da República concentra grande parte da atenção pública. Para o pleito de 2026, foram registradas no Tribunal Superior Eleitoral 13 candidaturas ao cargo: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Flávio Bolsonaro (PL), Augusto Cury (Avante) (ainda aguardando aprovação pelo TSE), Clariana Barão (DC), Edmilson Costa (PCB), Hertz Dias (PSTU), Leonardo Avalanche (PRTB), Renan Santos (Missão), Ronaldo Caiado (PSD), Rui Costa Pimenta (PCO), Samara Martins (UP), Wilson Grassi (Democrata) e Romeu Zema (Novo).

No Estado do Rio de Janeiro, a disputa pelo governo reúne nove candidaturas registradas na Justiça Eleitoral em 2026: André Marinho (NOVO), Anthony Garotinho (Republicanos) ([candidatura indeferida/reprovada pelo TRE-RJ em 11/09/2026](#), ainda cabendo recurso dessa decisão), Eduardo Paes (PSD), Douglas Ruas (PL), João Busnello (Missão), Cyro Garcia (PSTU), Juliete Pantoja (UP), Luan Monteiro (PCO) e William Siri (PSOL). A disputa apresenta projetos políticos distintos para o estado e ganha especial relevância para o Conjunto de Favelas da Maré diante das competências estaduais em temáticas que incidem diretamente sobre o direito de moradores do território, sobretudo segurança pública, mas também saúde, educação, mobilidade e políticas urbanas.

Entretanto, a eleição presidencial é apenas uma parte da estrutura de poder que será definida em outubro. Está em disputa, também, a composição dos principais espaços legislativos do país e, consequentemente, a correlação de forças que condicionará a formulação de políticas públicas nos próximos quatro anos.

As renovações da Câmara dos Deputados, composta por 513 deputadas/os federais, e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, composta por 70 deputadas/os estaduais, serão particularmente importantes porque a formação de maiorias parlamentares possibilita a capacidade de aprovação de projetos de lei, reformas e políticas dos governos, assim como a distribuição de espaços nas comissões e tempos de fala.

Grandes blocos parlamentares na câmara de deputados

Na Câmara dos Deputados, a organização parlamentar atual é marcada por um grande bloco formado por União Brasil, PP, PSD, Republicanos, MDB e Podemos. Este bloco reúne 273 dos 513 deputados federais, portanto, com maioria expressiva para a votação em disputas políticas relevantes para o país.

Além deste bloco, atuam a Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), com 81 deputados, e a Federação PSOL-Rede, com 16 deputados.

Entre as legendas que atuam fora desses agrupamentos, destaca-se o PL, com 98 deputados, seguido pelo PSB (17), PDT (10), Avante (5), Novo (5), Solidariedade (4), PRD (3) e Missão (1).

Esta composição é um retrato das relações de poder decisório no Congresso Nacional que incide diretamente sobre a formulação e a implementação das políticas públicas pelo governo. As eleições de 2026 voltarão a redefinir o tamanho das bancadas e o poder de negociação dos partidos.

Para o Senado Federal, o Rio de Janeiro terá duas cadeiras em disputa nas eleições de 2026, em razão da renovação de dois terços da Casa³. Foram registradas 16 candidaturas no estado: André Monteiro (Democrata), Benedita da Silva (PT), Carlos Jordy (PL), Carlos Portinho (PL), Helio Secco (Missão), Luciano Mattos (PRTB), Luiz Eugênio (PCO), Marcelo Crivella (Republicanos), Marcos Dias (Podemos), Michelly Xavier (UP), Monica Benicio (PSOL), Ó Clemente (Democrata), Paula Falcão (PSTU), Pedro Paulo (PSD), Vinicius Benevides (UP) e Waguinho (Republicanos).

A eleição para o Senado terá impacto direto sobre pautas estruturais que podem produzir efeitos importantes também sobre a população das favelas. Em 2026, por exemplo, o Senado iniciou a análise da PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025), que reorganiza competências, financiamento e a estrutura nacional da política de segurança, e a PEC 221/2019, que prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial. Como as emendas constitucionais precisam do apoio de três quintos dos senadores, 49 votos, em dois turnos, a composição eleita em 2026 poderá ser decisiva para o avanço, alteração ou rejeição dessas agendas.

Por tanto, as eleições de 2026 apresentam particular relevância para a configuração política e institucional do país. O eleitor não estará escolhendo apenas pessoas, mas também uma determinada composição de poderes e uma correlação de forças entre partidos, grupos políticos e diferentes projetos de Estado. A eleição para governador define quem comandará o Executivo estadual; a eleição para deputado estadual definirá quem fiscalizará esse governo e participará da elaboração do orçamento e das leis estaduais; os deputados federais participarão da definição das políticas nacionais e da fiscalização do governo federal; e os senadores representarão o estado em uma Casa com competências específicas e grande influência sobre a agenda nacional.

³ - Como cada estado possui três representantes no Senado, com mandatos de oito anos, em 2026 cada eleitor/a poderá votar em dois nomes.

QUAIS PROJETOS POLÍTICOS SE BENEFICIAM COM VOTOS PROPORCIONAIS DA MARÉ?

Observando o sistema eleitoral desde o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, a Maré, interessa entender os diferentes mecanismos pelos quais territórios populares participam da produção da representação parlamentar. Para isso, é importante compreender a relação entre o voto dos eleitores e a efetiva eleição de representantes que ocuparão os cargos políticos em disputa.

Eleições proporcionais: Como o voto vira cadeira?

O Brasil combina o sistema majoritário e sistema proporcional para definir candidatas ou candidatos eleitos, de acordo com o cargo em disputa. Nas eleições de 2026, para eleger deputadas/os federais e estaduais, é preciso se atentar para o fato de que as cadeiras não são distribuídas simplesmente entre as candidaturas mais votadas.

O que é o sistema proporcional? É o modelo usado no Brasil para eleger deputadas e deputados federais, estaduais e distritais e vereadoras e vereadores. Diferentemente das eleições majoritárias (para presidente, governador/a, prefeito/a e senador/a), em que vence diretamente quem recebe mais votos⁴, nas eleições proporcionais o voto também conta para o partido ou federação da candidatura.

Na prática, isso significa que a eleição acontece em duas etapas: primeiro se calcula quantas cadeiras cada partido ou federação terá direito a ocupar, considerando a soma dos votos recebidos por todas as suas candidaturas e os votos dados diretamente à legenda. Depois, essas cadeiras são preenchidas pelas candidaturas mais votadas dentro daquele partido ou federação, observadas as regras eleitorais.

A lógica desse sistema é permitir que a composição do Parlamento reflita, de forma mais proporcional, a diversidade das preferências políticas do eleitorado. Se todas as cadeiras fossem simplesmente

⁴ - Observadas as regras específicas de cada cargo. Para presidente e governador, é necessária maioria absoluta dos votos válidos, com possibilidade de segundo turno; para senador, é eleito o candidato mais votado, sem segundo turno.

entregues às pessoas mais votadas individualmente, partidos ou grupos com maior capacidade de concentração de votos poderiam ocupar quase todo o Legislativo, mesmo sem representar toda a diversidade política existente.

Por isso, no sistema proporcional, o voto dado a uma pessoa tem dois efeitos: ajuda aquela candidatura individualmente e também aumenta a votação total de seu partido ou federação. É justamente aí que a análise da Maré se torna interessante. Uma candidatura pode receber muitos votos no território e não ser eleita, mas esses votos podem contribuir para que o partido conquiste mais uma cadeira e, conseqüentemente, para que outra pessoa daquela legenda seja eleita.

O cálculo começa pelo quociente eleitoral, obtido pela divisão dos votos válidos pelo número de cadeiras em disputa. Em seguida, calcula-se o quociente partidário, dividindo os votos obtidos pelo partido pelo quociente eleitoral. Esse resultado indica, inicialmente, quantas cadeiras cabem a cada partido. As regras estão nos arts. 106 e 107 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).

Depois, as cadeiras atribuídas ao partido são preenchidas pelos seus candidatos mais votados, desde que tenham alcançado pelo menos 10% do quociente eleitoral, conforme o art. 108 do Código Eleitoral. As cadeiras que permanecem disponíveis são distribuídas pelas chamadas sobras eleitorais, calculadas pelo sistema de maiores médias, conforme o art. 109 do Código Eleitoral, com as regras atualmente estabelecidas pela Lei nº 14.211/2021.

SISTEMA MAJORITÁRIO	SISTEMA PROPORCIONAL
1 Presidente da República	1 Deputados Federais
2 Governadores	2 Deputados Estaduais
3 Senadores	3 Deputados Distritais

Considerando esta lógica de cálculos de votos, o que acontece com os votos produzidos na Maré depois que eles entram na contagem eleitoral? Ou ainda: quem é efetivamente eleito/a com os votos das periferias e favelas do Rio de Janeiro? Para responder a essas questões, é preciso seguir o fio que conecta candidaturas que acumularam votos, quais partidos esses votos fortaleceram, quantas cadeiras ajudaram a conquistar e quem terminou ocupando essas cadeiras efetivamente.

A seguir, reconstruímos este fio a partir dos votos depositados por eleitores da Maré nas eleições anteriores, ou seja, analisando os resultados das eleições de 2022 para deputado federal e deputado estadual nas seções eleitorais distribuídas pelos locais de votação vinculados à Maré.

O recorte foi construído seção por seção, evitando utilizar integralmente as zonas eleitorais 161 e 162, que abrangem também áreas externas ao território. A análise combina cinco dimensões: votação recebida na Maré; votação total no estado do Rio de Janeiro; perfil das candidaturas; existência ou não de vínculo territorial com a Maré; e situação eleitoral eleita, suplente ou não eleita. Também observamos partidos e federações e a distribuição dos votos entre os diferentes locais de votação do território.

Para compreender relações distintas entre candidatura e território, utilizamos dois indicadores. A penetração territorial corresponde à proporção dos votos válidos produzidos na Maré recebida por determinada candidatura. Já a dependência territorial indica quanto da votação total daquela candidatura no estado foi produzida nas seções da Maré. Uma candidatura pode, portanto, receber muitos votos no território e depender pouco deles para seu resultado estadual; outra pode ter uma votação absoluta menor, mas obter na Maré parcela decisiva de todos os votos que recebeu.

• DEPUTADO FEDERAL

Para deputado federal, foram contabilizados 40.614 votos válidos nas seções analisadas, sendo 38.950 votos nominais e 1.664 votos de legenda. A distribuição revela tanto candidaturas de projeção estadual e alcance eleitoral mais amplo, por um lado, quanto candidaturas de base territorial e alcance eleitoral concentrado, por outro.

QUADRO 3: VOTOS DAS 10 CANDIDATURAS MAIS VOTADAS NA MARÉ (DEPUTADO FEDERAL)

	Candidato/a	Partido	Total votos RJ	Votos Maré	Eleito/a	Atuação territorial na Maré
1	Felipe Brasileiro	MDB	8.251	5.827	Não suplente	Sim, origem/moradia e atuação
2	Lindbergh Farias	PT	152.219	1.621	Sim	Não identificada
3	Del	PSD	3.558	1.599	Não suplente	Sim, atuação político-administrativa
4	Taliria Petrone	PSOL	198.548	1.222	Sim	Sim, atuação profissional/social
5	Jorge Braz	Republicanos	59.201	1.192	Sim	Não identificada
6	Marcelo Crivella	Republicanos	110.450	1.174	Sim	Não identificada
7	Jarbas da Maré	PMN	1.888	1.002	Não	Sim, origem/moradia e atuação
8	Daniela do Waguinho	União	213.706	970		Não identificada
9	Tarcísio Motta	PSOL	159.928	946		Não identificada
10	Daniel Soranz	PSD	98.784	883	Sim	Sim, atuação profissional/institucional

QUADRO 4: VOTOS DOS PARTIDOS MAIS VOTADOS NA MARÉ (DEPUTADO FEDERAL)

Pos.	Partido	Votos na Maré	% dos votos válidos na Maré	Votos no RJ	% dos votos válidos no RJ	Diferença Maré-RJ
1º	MDB	8.051	19,82%	406.277	4,82%	+15,00 p.p.
2º	PL	5.164	12,71%	1.714.289	20,34%	-7,63 p.p.
3º	PSD	4.576	11,27%	688.574	8,17%	+3,10 p.p.
4º	PT	4.473	11,01%	733.132	8,70%	+2,31 p.p.
5º	PSOL	3.462	8,52%	696.204	8,26%	+0,26 p.p.
6º	Republicanos	3.003	7,39%	480.738	5,70%	+1,69 p.p.
7º	União Brasil	2.725	6,71%	943.801	11,20%	-4,49 p.p.
8º	PDT	1.838	4,53%	305.980	3,63%	+0,90 p.p.
9º	PSB	1.450	3,57%	235.461	2,79%	+0,78 p.p.
10º	Avante	1.232	3,03%	205.082	2,43%	+0,60 p.p.

Felipe Brasileiro (MDB) recebeu 5.827 votos na Maré, correspondentes a 14,35% dos votos válidos do território para deputado federal. No conjunto do estado, recebeu 8.251 votos. Isso significa que 70,6% de toda a sua votação estadual foi produzida nas seções da Maré. Apesar dessa forte territorialidade, ficou na suplência.

Outras duas candidaturas apresentam padrão semelhante. Del (PSD) recebeu 1.599 votos na Maré, de um total de 3.558 que alcançou no estado: 44,9% de sua votação veio do território, e ele também ficou como suplente. Jarbas da Maré (PMN) recebeu 1.002 votos na Maré entre os 1.888 obtidos no estado – 53,1% de sua votação total e não foi eleito.

O padrão é bastante diferente entre candidaturas que obtiveram grande votação estadual. Talíria Petrone (PSOL), por exemplo, recebeu 1.222 votos na Maré e 198.548 no estado. Os votos produzidos no território representaram 0,62% de sua votação total. Lindbergh Farias (PT) recebeu 1.621 votos na Maré e 152.219 no estado, com dependência territorial de apenas 1,06%. Ambos foram eleitos. Talíria esteve, inclusive, entre as maiores votações estaduais para a Câmara dos Deputados em 2022.

Entre as dez candidaturas com maior votação nominal encontrada nas seções da Maré para deputado federal, oito foram eleitas em 2022: Lindbergh Farias, Talíria Petrone, Jorge Braz, Marcelo Crivella, Daniela do Waguinho, Tarcísio Motta, Daniel Soranz e Soraya Santos. Ficaram na suplência Felipe Brasileiro e Del. Jarbas da Maré aparece logo em seguida entre as votações territorialmente expressivas e não foi eleito.

Os dados também mostram uma composição predominantemente masculina nesse grupo: entre as dez candidaturas com maior votação territorial, oito eram homens e duas mulheres. Em raça/cor autodeclarada, cinco eram brancas, três pretas e duas pardas. Esse perfil não reproduz a composição populacional da Maré e reforça a importância de observar não apenas onde os votos são produzidos, mas quem consegue convertê-los em representação parlamentar.

• DEPUTADO ESTADUAL

Para deputado estadual, foram contabilizados 39.323 votos válidos nas seções: 36.182 nominais e 3.141 de legenda. Vejamos os votos das 10 candidaturas mais votadas, bem como dos partidos mais votados:

QUADRO 5: VOTOS DAS 10 CANDIDATURAS MAIS VOTADAS NA MARÉ (DEPUTADO ESTADUAL)

	Candidato/a	Partido	Total votos RJ	Votos Maré	Eleito/a	Atuação territorial na Maré
1	Renata Souza	PSOL	174.132	3.437	Sim	Sim — origem/moradia e atuação
2	Edna Gomes	MDB	2.750	1.647	Não — suplente	Sim — moradia e atuação social
3	Tia Ju	Republicanos	63.373	1.545	Sim	Não identificada
4	Franciane Motta	União	37.873	1.418	Sim	Não identificada
5	Vitor Junior	PDT	43.958	1.371	Sim	Não identificada
6	Eduardo Cavaliere	PSD	33.688	1.003	Sim	Não identificada
7	Dr. Serginho	PL	123.739	882	Sim	Não identificada
8	Guilherme Schleder	PSD	42.781	860	Sim	Não identificada
9	Rosenverg Reis	MDB	131.308	724	Sim	Não identificada
10	Giselle Monteiro	PL	95.028	719	Sim	Não identificada

QUADRO 6: VOTOS DOS PARTIDOS MAIS VOTADOS NA MARÉ (DEPUTADO ESTADUAL)

Pos.	Partido	Votos na Maré	% dos votos válidos na Maré	Votos no RJ	% dos votos válidos no RJ	Diferença Maré–RJ
1º	PL	5.174	13,16%	1.829.508	22,38%	-9,22 p.p.
2º	PSOL	4.349	11,06%	511.095	6,25%	+4,81 p.p.
3º	PT	4.061	10,33%	740.671	9,06%	+1,27 p.p.
4º	União Brasil	3.905	9,93%	867.618	10,61%	-0,68 p.p.
5º	PSD	3.584	9,11%	605.395	7,40%	+1,71 p.p.
6º	MDB	3.462	8,80%	284.399	3,48%	+5,33 p.p.
7º	Republicanos	2.433	6,19%	310.079	3,79%	+2,39 p.p.
8º	PDT	2.330	5,92%	309.741	3,79%	+2,13 p.p.
9º	PSB	1.853	4,71%	263.653	3,22%	+1,49 p.p.
10º	Solidariedade	1.566	3,98%	285.439	3,49%	+0,49 p.p.

Renata Souza (PSOL) recebeu 3.437 votos, correspondentes a 8,74% dos votos válidos da Maré para o cargo. Diferentemente dos casos de forte dependência territorial observados entre algumas candidaturas federais, esses votos representaram apenas 1,97% dos 174.132 votos que Renata recebeu no estado. A candidatura, portanto, combina duas características que não devem ser confundidas: possui base territorial comprovada na Maré, onde nasceu, cresceu e desenvolveu parte de sua trajetória política, mas construiu uma votação amplamente estadualizada. Renata foi eleita deputada estadual.

Edna Gomes (MDB) apresenta o movimento inverso. Recebeu 1.647 votos na Maré de um total de 2.750 votos no estado. Assim, 59,9% de sua votação estadual foi produzida nas seções analisadas, mas a candidatura ficou na suplência.

Entre as dez candidaturas com maior votação encontrada na Maré para deputado estadual, nove foram eleitas em 2022: Renata Souza, Tia Ju, Franciane Motta, Vitor Junior, Eduardo Cavaliere, Dr. Serginho, Guilherme Schleder, Rosenverg Reis e Giselle Monteiro. Edna Gomes ficou como suplente.

Nesse grupo de estaduais, a distribuição por gênero é mais equilibrada do que no de federais: cinco mulheres e cinco homens. Em raça/cor autodeclarada, cinco candidaturas são brancas, quatro pardas e uma preta.

QUANDO A CANDIDATURA LOCAL PRODUZ VOTOS, MAS NÃO PRODUZ MANDATO

Os casos de Renata Souza e Edna Gomes ajudam a demonstrar uma distinção fundamental para esta análise: candidatura vinculada ao território, candidatura votada no território e candidatura eleitoralmente dependente do território não significam a mesma coisa. Uma liderança originada na Maré pode construir uma base eleitoral estadual e chegar ao parlamento; outra candidatura pode obter a maior parte de seus votos dentro da Maré e não alcançar uma cadeira.

Essa distinção permite observar o papel das candidaturas territorializadas na produção de votos para partidos e federações.

Partidos apresentam listas formadas por diversas candidaturas. Entre elas podem estar lideranças comunitárias, sociais, religiosas ou políticas com inserção em territórios específicos. Mesmo quando essas pessoas não conseguem votação suficiente para ocupar uma cadeira, os votos que recebem integram a votação alcançada pelo partido ou pela federação na disputa pelas vagas. Essa é uma característica objetiva do sistema proporcional: não se considera somente a votação individual, mas também a votação agregada da organização partidária.

Na Maré, os dados permitem enxergar concretamente esse mecanismo. Entre as candidaturas federais, encontramos quatro casos em que mais de 40% de toda a votação estadual da candidatura foi produzida nas seções analisadas: Felipe Brasileiro, pelo MDB; Jarbas da Maré, pelo PMN; Del, pelo PSD; e Professora Luciana, pelo MDB. Nenhuma das quatro foi eleita.

No estadual, também encontramos quatro candidaturas com dependência territorial superior a 40%: Edna Gomes (MDB), Tatiana Labareda (PMN), Nory Martins (PTB) e William da Maré (PROS). Nenhuma conquistou cadeira; todas ficaram na suplência.

Isso evidencia uma das tensões do voto territorial no sistema proporcional. Candidaturas podem mobilizar redes e relações construídas em determinados territórios, converter essa inserção em votos e, ainda assim, não ocupar pessoalmente uma cadeira. No entanto, os votos que são dados a eles contribuem para que outras candidaturas do mesmo partido ou federação sejam eleitas.



3) A PAUTA ELEITORAL DA SEGURANÇA PÚBLICA: POR QUE AS ELEIÇÕES DE 2026 SÃO ESTRATÉGICAS PARA O ELEITORADO DAS FAVELAS E PERIFERIAS URBANAS?

Em 2022, a segurança pública já aparecia como uma das principais diferenças entre os projetos em disputa para os Executivos estadual e federal. Na Maré, os resultados eleitorais mostram dois movimentos distintos. Para a Presidência, Lula venceu em todos os locais de votação, alcançando 55% dos votos válidos contra 38% de Bolsonaro. Para o governo estadual, a divisão foi mais equilibrada: Cláudio Castro recebeu 45% e Marcelo Freixo, 42%, enquanto no conjunto do estado a diferença entre os dois foi bem mais ampla. A votação para governador revela, entretanto, que a Maré não se comportou eleitoralmente como um território homogêneo. Freixo venceu nos locais associados ao Parque Maré e à Nova Holanda; Castro teve suas maiores vantagens na região da Praia de Ramos. O Como Vota a Maré? de 2022 já chamava atenção para essa diferença: Parque Maré e Nova Holanda concentravam historicamente grande parcela das operações policiais, enquanto Praia de Ramos e Roquete Pinto não haviam registrado operações no período então analisado.

A comparação ganha força quando são incorporados os dados recentes do projeto de monitoramento da violência armada na Maré realizado pela Redes da Maré, [De Olho na Maré](#), e da pesquisa “Por que moradores de favelas aprovam ou reprovam operações policiais com confronto armado?”. Estes estudos dividem a Maré em 4 áreas, conforme o mapa territorial abaixo:

QUADRO 8: DIVISÃO TERRITORIAL DA MARÉ EM 4 ÁREAS

Área	Favelas/localidades compreendidas
Área 1	Conjunto Esperança, Vila do João, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue e Nova Maré
Área 2	Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro
Área 3	Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União
Área 4	Parque Roquete Pinto e Praia de Ramos

5 – A pesquisa inédita realizada por seis organizações da sociedade civil das favelas mostra que 73% dos moradores discordam da realização de operações com confronto armado e 92% querem mudanças. O estudo qualitativo e quantitativo ouviu 4080 moradores de forma presencial nos quatro grandes conjuntos de favela do Rio de Janeiro e revela um quadro de esgotamento da população por conta das operações policiais violentas e o número crescente de violações recorrentes. [Acesso à pesquisa](#), fotos e dados aqui veja no [site da Redes da Maré](#)

Essa divisão permite aproximar três dimensões diferentes: a exposição efetiva às operações policiais; a percepção dos moradores sobre esse modelo de segurança; e os resultados eleitorais observados em 2022.

QUADRO 9 - POSICIONAMENTO SOBRE AS OPERAÇÕES POLICIAIS, POR ÁREA DA MARÉ

Área	Registros de operações 2016–2025	Mortes	Discordam das operações
Área 1	75	49	80%
Área 2	85	44	75%
Área 3	156	61	82%
Área 4	0	0	42%

QUADRO 10 - PERCEPÇÃO SOBRE O EFEITO DAS OPERAÇÕES NA SEGURANÇA DA FAMÍLIA

Área	Melhoram a segurança da família	Não melhoram, nem pioram	Pioram a segurança da família
Área 1	1%	58%	42%
Área 2	2%	56%	41%
Área 3	2%	47%	51%
Área 4	29%	49%	22%
Total	4%	52%	44%

A Área 3 Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União concentra a maior exposição às operações e o maior número de mortes, e também apresenta a maior rejeição ao modelo: 82% discordam ou mais discordam das operações e 51% afirmam que elas pioram a segurança de suas famílias. Na Área 4, Roquete Pinto e Praia de Ramos, onde o De Olho na Maré não registra operações no período considerado, a discordância cai para 42% e 29% dizem que as operações melhoram a segurança da família.

Esse contraste se aproxima do que apareceu nas urnas em 2022. Parque Maré e Nova Holanda foram justamente as regiões eleitorais em que Marcelo Freixo superou Cláudio Castro: no local de votação localizado em Nova Holanda, Freixo chegou a 55% contra 41% de Castro; no Parque Maré,

chegou a 51% em um dos locais e 47% no outro. Na Praia de Ramos, ocorre o movimento inverso: Castro alcançou 50% nos dois locais, contra uma média de 33,5% de Freixo.

Não é possível concluir, a partir desses dados, que a experiência das operações tenha causado determinado voto. Mas a associação territorial é suficientemente forte para merecer atenção: as áreas que vivem mais diretamente o modelo de incursões policiais são também aquelas em que sua rejeição é maior e onde, em 2022, a candidatura que propunha mudanças mais profundas nesse modelo alcançou seus melhores resultados.

Um dado relevante da pesquisa “Por que moradores de favelas aprovam ou reprovam operações policiais com confronto armado?”, que nos auxilia a refletir sobre a correlação entre exposição às operações policiais e eleições, é a pergunta sobre a responsabilidade das operações policiais. No conjunto das 1020 pessoas entrevistadas na Maré, 85% apontaram o governador Cláudio Castro como responsável pelas operações policiais nas favelas. Como eram permitidas respostas múltiplas, 15% também citaram o presidente Lula e 14% o prefeito Eduardo Paes. Apenas 4% não responderam.

QUADRO 11: QUEM É APONTADO COMO RESPONSÁVEL PELAS OPERAÇÕES?

Governador Cláudio Castro	85%
Presidente Lula	15%
Prefeito Eduardo Paes	14%
Não respondeu	4%

6 - *Resultado referente ao conjunto de Maré, Alemão, Penha e Rocinha; a pergunta admitia mais de uma resposta, portanto os percentuais não somam 100%.

O cruzamento entre Como Vota a Maré?, De Olho na Maré e a pesquisa “Por que moradores de favelas aprovam ou reprovam operações policiais com confronto armado?” não permite dizer que segurança pública explica sozinha o voto. Permite, porém, formular uma hipótese muito mais concreta: as diferentes experiências de atuação do Estado dentro da própria Maré parecem dialogar com diferentes percepções sobre segurança e com geografias eleitorais distintas. É justamente essa relação entre experiência, avaliação de políticas públicas e escolha de projetos de governo que merece ser acompanhada nas eleições de 2026.

No plano nacional, a disputa revela concepções distintas de segurança pública. As campanhas de 2026 de Lula e Flávio Bolsonaro, por exemplo, convergem na percepção de que as facções se tornaram organizações complexas, com capacidade financeira e atuação para além dos territórios onde estão fisicamente presentes. Divergem, entretanto, sobre os instrumentos prioritários: enquanto Lula enfatiza inteligência, integração entre instituições, asfixia financeira das organizações criminosas e políticas de prevenção, Flávio Bolsonaro aposta em maior endurecimento penal, ampliação do sistema prisional, tecnologias de vigilância e medidas de caráter mais punitivo. ([Folha de S. Paulo](#))

Especialistas reunidos pelo Insper e pelo Instituto Sou da Paz, em São Paulo, em junho de 2026, têm chamado atenção justamente para a necessidade de qualificar esse debate. A avaliação apresentada no encontro é que, diante da centralidade que a segurança deverá ocupar nas eleições, a discussão não pode ficar restrita a slogans de endurecimento ou à promessa de aumento da presença policial. A agenda proposta por essas organizações busca deslocar o debate para políticas baseadas em evidências, prevenção da violência, redução de homicídios, eficiência das instituições, controle da atividade policial e articulação entre diferentes níveis de governo. ([Insper](#))

Ao mesmo tempo, o debate sobre segurança pública no Rio não pode ser separado da atual disputa sobre reocupação territorial e controle das áreas dominadas por grupos armados. O chamado “Plano de Reocupação Territorial” do governo estadual, criado no contexto da ADPF 635, combina

ações policiais com a promessa de posterior instalação de serviços públicos e estruturas de Justiça e direitos humanos. Especialistas, contudo, têm questionado o grau de detalhamento das operações, seu financiamento e as garantias de proteção da população durante o processo. ([Folha de S. Paulo](#))

Assim, uma questão central colocada para as eleições de 2026 é sobre qual modelo de segurança pública será apoiado pelo eleitorado fluminense, como aposta para reduzir a violência. Para territórios de favela, a aposta ganha outro contorno ao buscar modelos de combate à violência que não produzam mais violência, quais instituições serão fortalecidas e quem suportará os custos das escolhas feitas pelo Estado.

Para uma perspectiva de justiça social e territorial, portanto, a disputa eleitoral de 2026 deveria permitir ampliar a definição de segurança pública: não apenas como policiamento e repressão, mas também como direito à vida, à circulação, à educação, ao trabalho, à moradia, aos serviços públicos e à permanência no território sem medo da violência — seja ela praticada por grupos armados ou pelo próprio Estado. A centralidade eleitoral da segurança pode, nesse sentido, representar não apenas o risco de aprofundamento de políticas militarizadas, mas também uma oportunidade para disputar um novo paradigma de segurança pública, baseado em direitos, prevenção, inteligência, responsabilização institucional e redução das desigualdades territoriais.

CONCLUSÕES SUB-REPRESENTAÇÃO DAS FAVELAS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL E PARTIDÁRIA

A participação eleitoral da Maré não pode ser medida apenas por quantos votos o território produz, mas por aquilo que esses votos conseguem transformar em representação, políticas públicas, recursos e poder institucional.

Ao longo desta análise, acompanhamos diferentes etapas desse percurso: quem consegue chegar à urna, como a Maré vota, quais candidaturas e partidos se beneficiam desses votos, quem ocupa as cadeiras e de que maneira o território reaparece, ou não, na atuação parlamentar e nas decisões de governo.

Os dados mostram também que a Maré não constitui um bloco eleitoral homogêneo. Diferentes localidades produzem padrões distintos de votação, e essas diferenças dialogam com experiências concretas de cidade e de Estado. Isso aparece de forma particularmente nítida na segurança pública: áreas mais expostas a operações policiais apresentam maior rejeição a esse modelo de intervenção e, em 2022, também produziram padrões eleitorais diferentes daqueles encontrados em áreas com outra experiência de segurança. A pesquisa “Por que moradores de favelas aprovam ou reprovam operações policiais com confronto armado?” reforça que essa crítica não significa rejeitar a segurança pública, mas questionar como ela é produzida, com quais custos e sobre quais territórios.

Essa questão permanece central em 2026. No debate entre candidatos para o Governo do Rio, a segurança pública chegou a ocupar 36% do tempo de discussão, segundo análise da [Quaest](#), revelando o peso do tema na disputa eleitoral. Mas políticas apresentadas como respostas para toda a sociedade não produzem os mesmos efeitos em todos os lugares: seus custos podem se concentrar justamente em favelas e periferias.

Por isso, pensar o voto a partir da Maré exige olhar simultaneamente para território, raça, gênero, renda e acesso a direitos. Significa reconhecer que

o voto não produz apenas representantes: produz governos, prioridades orçamentárias, políticas de segurança, formas de acesso a serviços públicos e diferentes modos de presença do Estado nos territórios.

As eleições de 2026 são, assim, uma oportunidade para perguntar não apenas quem representa a Maré, mas que projetos de Estado os votos produzidos no território ajudam a sustentar e quais efeitos esses projetos devolvem para quem vive ali. Essa relação entre voto, representação e retorno ao território é também uma medida da qualidade da democracia.



redes
da
mãe